



Relatório e Contas

2017

APDMF-CRESCERSER

ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

Contribuinte: 502574500
Moeda: EUR

BALANÇO em 31 de dezembro de 2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		394 450,64	310 896,91
Investimentos financeiros		4 362,44	2 696,01
Subtotal		398 813,08	313 592,92
Activo corrente			
Inventários		4 323,08	4 323,08
Estado e outros entes públicos		0,00	12,65
Outras contas a receber		120,20	17 581,37
Diferimentos		3 248,49	1 541,13
Caixa e depósitos bancários		202 591,65	236 738,66
Subtotal		210 283,42	260 196,89
Total do activo		609 096,50	573 789,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		6 735,84	6 735,84
Resultados transitados		13 801,77	164 561,01
Outras variações de fundos patrimoniais		251 000,22	257 286,95
Subtotal		271 537,83	428 583,80
Resultado líquido do exercício		32 598,38	-150 759,24
Total do capital próprio		304 136,21	277 824,56
PASSIVO			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos		62 887,86	40 155,75
Outras contas a pagar		242 072,43	255 809,50
Subtotal		304 960,29	295 965,25
Total do Passivo		304 960,29	295 965,25
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		609 096,50	573 789,81

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência



A Contabilista Certificada



ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

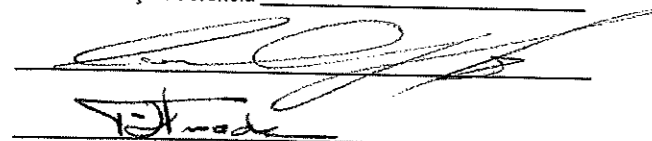
Moeda: EUR
 Contribuinte: 502574500

Demonstração de resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2017

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados		62 554,29	3 230,00
Subsídios, doações e legados à exploração		1 965 174,95	1 973 691,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-130 775,44	-171 534,04
Fornecimentos e serviços externos		-293 413,53	-323 055,80
Gastos com o pessoal		-1 583 315,40	-1 609 666,31
Outros rendimentos e ganhos		45 816,62	6 996,58
Outros gastos e perdas		-371,01	-11 994,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65 670,48	-132 332,65
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-33 072,10	-18 417,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32 598,38	-150 749,79
Juros e gastos similares suportados		0,00	-9,45
Resultado antes de impostos		32 598,38	-150 759,24
Resultado líquido do período		32 598,38	-150 759,24

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência



A Contabilista Certificado



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e Família – Crescenser, Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida em 08 de agosto de 1986, tem como objetivo proceder ao estudo interdisciplinar das questões relativas à protecção judiciária e administrativa dos menores e da família, assim como promover, dinamizar e organizar serviços comunitários de apoio à criança, ao jovem e à sociedade familiar, sendo o seu âmbito nacional.

Para a prossecução dos objetivos já referidos, a APDFM-Crescenser dispõe de 7 Centros de Acolhimento onde trabalha em conjunto com profissionais de diversas formações de forma a permitir uma abordagem multidisciplinar e rigorosa, de cada caso acolhido.

A primeira casa a ser aberta foi a "Casa do Parque" situada em Carnaxide e com a capacidade para acolher 14 crianças. E 1991 foi construída de raiz pela Câmara Municipal de Cascais a "Casa da Encosta", situada em Carcavelos e com a capacidade para acolher 12 crianças. Em 1994 com a ajuda da Câmara Municipal de Loures, abre a "Casa do Infantado", situada em Loures e com lotação para 12 crianças. A "Casa de Cedofeita" é o primeiro Centro de Acolhimento a abrir no norte do País, um chalet cedido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 1996, na Cedofeita e tem lotação para apenas 10 crianças. Todas estas Casas destinam-se a crianças dos 0 meses aos 12 anos.

Abraçando novos desafios a APDFM-Crescenser, tem vindo a desenvolver actividades reconhecidas socialmente, designadamente em matéria de acolhimento de emergência, para crianças e jovens em situação de perigo e em 2004 inaugura a "Casa do Vale", em cooperação com a Câmara Municipal do Porto, para acolher 13 jovens do sexo masculino, dos 12 aos 18 anos. Ainda em 2004 abre um novo Centro de Acolhimento em Lisboa, também para jovens do sexo masculino dos 12 aos 18 anos, designada por "Casa da Ameixoeira" que neste momento tem 10 jovens. Sempre com o intuito de fazer melhor e chegar a mais crianças e jovens, em 2007 conclui a construção da "Casa do Canto", em Chão de Couce na zona centro do País. Construída de raiz com apoios do FEDER e OE, esta casa destina-se a Centro de Acolhimento e Lar para 23 jovens do sexo feminino dos 12 aos 18 anos.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as rectificações posteriores e de

acordo com a Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que aprova os modelos das demonstrações financeiras para as Entidades do setor não lucrativo.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a APDMF-Crescerser avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu trabalho. Da avaliação resultou que tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3. - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por

parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito é mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos e abatimentos de volume concedidos. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a APDMF-Crescenser espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser

utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	6 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	-	6 anos

3.2.2. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A APDMF-Crescenser encontra-se isenta de IRC (Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas).

3.2.3. – INVENTÁRIOS

O método de custeio dos inventários adoptado pela APDMF-Crescenser consiste no método de custo.

3.2.4. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

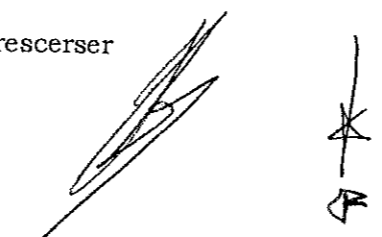
Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço, quando a APDMF-Crescenser se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:



- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da APDMF-Crescerser, nomeadamente as verbas recebidas pela Segurança Social dos acordos existentes, abonos de família, injunções, donativos recebidos pela comunidade civil e outros. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

Quanto à actividade principal da Crescerser, concretiza-se mediante a concessão de prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos na conta de "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período, durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

3.2.7. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.8. – BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

Os benefícios de cessação de emprego, não proporcionam a uma entidade futuros contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto

imediatamente.

3.2.9. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Classificam-se em: benefícios de curto prazo e benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, (pagos dentro dos 12 meses).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Os órgãos directivos da Crescerser não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

3.3 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.5 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso,

assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

Não existem valores de Caixa nem de Depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço. A APDMF dispõe de um depósito na Caixa Geral de Depósitos, mas trata-se de uma aplicação a curto prazo.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2017 detalha-se conforme se segue:

Rubrica	2017	2016
Caixa (Numerário)	2.121,33	3.662,26
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	165.470,32	228.076,40
Depósitos a Prazo	35.000,00	5.000,00
	202.591,65	236.738,66

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2017 e em 31/12/2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada

dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Activos Fixos Tangíveis					
Quantia bruta escriturada inicial	674 335,29	2 435,40	183 010,14	1 358,00	861 138,83
Aumentos		1 100,00	61 256,52		62 356,52
Transferências e abates	-11 342,51		-54 285,23		-65 627,74
Total geral	662 992,78	3 535,40	189 981,43	1 358,00	857 867,61
Depreciações Acumuladas					
Quantia bruta escriturada inicial	312 336,39	1 266,93	115 610,35	1 131,20	430 344,87
Movimentos do período:	13 126,80	441,93	19 276,57	226,80	33 072,10
Transferências e abates					0,00
Total geral	325 463,19	1 708,86	134 886,92	1 358,00	463 416,97
Quantia líquida escriturada final	337 529,59	1 826,54	55 094,51		394 450,64

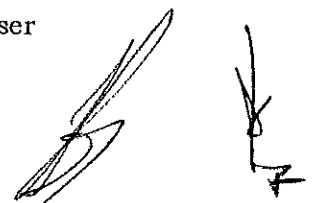
NOTA 6. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

A rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Rubricas	2017	2016
Devedores diversos	0,00	16 030,37
Credores por acréscimos		
Férias e subsídios de férias	197 933,30	208 408,60
Enc. Patronais de segurança social	44 139,13	45 849,90
Outros	-120,20	0,00
	241 952,23	254 258,50

NOTA 7. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

A rubrica tinha em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição



Rúbricas	2017	2016
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção na fonte - juros bancários	0,00	12,65
IVA reembolsos pedidos	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>12,65</u>
Impostos a pagar		
Retenção sobre trabalho dependente	16 218,95	10 050,00
Retenção sobre rendimentos profissionais	15,72	182,9
Segurança social	46 490,37	29 100,57
Fundo de compensação do trabalho	162,82	822,28
	<u>62 887,86</u>	<u>40 155,75</u>

NOTA 8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

No decurso do período findo em 31/12/2017 e 31/12/2016, foi levado a gasto do período, os custos do empréstimo obtido. Esses montantes são detalhados conforme se segue:

Gastos e Perdas de Financiamento	2017	2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	0,00	9,45

NOTA 9. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2016, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Quadros oferecidos para reverter em donativos para a APDMF-Crescerser – 4.323,08 euros.

NOTA 10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31/12/2017, a Entidade apresentava o valor de 4.362,44 euros, no Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

NOTA 11. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2017	2016
Prestações de Serviços		
Quotizações	5 862,50	3 230,00
Abonos de Família	56 691,79	
	62 554,29	3 230,00
Subsídios,Doações e Legados à Exploração		
Centro Regional Segurança Social	1 429 972,84	1 396 349,16
CRSS-Outros	2 217,83	61 051,27
Autarquias	51 342,28	34 584,74
Injunções dos Tribunais	27 182,00	38 146,37
Outros	50 869,89	50 621,77
Subsídios de Outras Entidades	91 468,13	82 178,30
Doações e Heranças	312 121,98	310 760,30
	1 965 174,95	1 973 691,91

Rubricas	2017	2016
Subsidios,Doações e Legados à Exploração		
Centro Regional Segurança Social	1 429 972,84	1 396 349,16
CRSS-Outros	2 217,83	58 081,03
Autarquias:	51 342,28	34 584,74
Camara Municipal de Cascais	47 122,28	26 184,74
Camara Municipal de Loures	750,00	1 800,00
Camara Municipal de Oeiras	1 400,00	1 600,00
Junta de Freguesia de Loures	2 070,00	
Junta de Freguesia de Carcavelos	0,00	5 000,00
Injunções dos Tribunais	27 182,00	38 146,37
Outros:	50 869,89	50 621,77
Consignação do IRS/IVA	38 024,54	38 011,03
Estágios Profissionais	12 845,35	12 610,74
Subsidios de Outras Entidades:	91 468,13	82 178,30
Jeronimo Martins	17 400,00	21 060,00
Fundação D.Pedro IV	15 000,00	0,00
Cartão Solidário-Repsol	8 850,45	9 742,75
J.F.Fernandes Memorial Trust	50 217,68	44 401,03
Charities Aid Foundation América	0,00	961,20
Montepio-Corrída Pelicas	0,00	6 013,32
Doações e Heranças:	312 121,98	310 760,30
Donativos em Dinheiro	175 216,54	138 842,47
Banco BPI	0,00	30 000,00
SAG GEST – Soluções Automóvel Globais	0,00	11 000,00
Fundação Portugal Telecom	0,00	8 000,00
Outros	175 216,54	89 842,47
Donativos em Géneros	136 905,44	171 917,83
Pingo Doce	21 522,56	29 736,24
Lactogal	24 211,06	31 395,54
Outros	91 171,82	110 786,05
	1 965 174,95	1 970 721,67

NOTA 12. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da APDMF-Crescenser em 31/12/2017 foi de 98 empregados.

Rubricas	2017	2016
Custos Com Pessoal		
Remunerações do pessoal	1.083.354,79	1.297.394,19
Indeminizações	0,00	12.995,83
Encargos sobre remunerações	234.995,71	278.644,02
Seguros de acidentes de trabalho	17.949,54	12.928,09
Outros gastos com pessoal	4.942,93	4.704,18
	1.341.242,97	1.606.666,31

NOTA 13. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

No decurso do período findo em 31/12/2017 e em 31/12/2016, o valor gasto nesta rubrica assim como os bens doados são os detalhados no quadro seguinte:

Rubricas	2017	2016
Custo das matérias consumidas		
Géneros alimentares	131.112,42	171.534,02
Doados: Pela comunidade civil	79.772,09	103.122,96
Doados: A Famílias carenciadas	16.822,34	18.079,46

NOTA 14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No decurso do período findo em 31/12/2017 e em 31/12/2016, o valor gasto nesta rubrica assim como os bens doados são os detalhados no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2017	2016
Subcontratos	7 228,52	6 460,41
Serviços Especializados	58 723,99	68 267,92
Materiais	57 819,96	67 118,69
Energia e Fluidos	72 210,73	69 594,03
Deslocações e Estadas	26 781,94	24 507,36
Serviços Diversos	70 648,39	84 262,92
Total	293 413,53	320 211,33

Doados	2017	2016
Serviços Especializados	2 961,74	1 250,00
Materiais	17 360,64	42 801,59
Energia e Fluidos	3 711,21	4 332,90
Deslocações e Estadas	1 487,43	3 248,25
Serviços Diversos	4 315,00	4 090,00
Outros	27 634,31	5 275,00
Total	57 470,33	60 997,74

NOTA 15. OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica de subsídios e doações apresentava valores em 31/12/2017 como indicado no quadro seguinte:

Subsídios	Ano início	Valor	Taxa %	Amortização Acumulada	Amortização Anual	Saldo
Subsídios						
Edifícios e outras construções						
FEDER-Construção Casa Canto	2008	169 707,99	2	30 547,44	3 394,16	135 766,39
OE-Construção Casa do Canto	2008	121 178,51	2	21 812,13	2 423,57	96 942,81
Total		290 886,50		52 359,57	5 817,73	232 709,20
Ativos Fixos Tangíveis						
Construção Casa do Canto	2008	431 429,19	2	86 633,06	8 628,85	336 167,28
Doações						
Projeto Chão de Couce	2008	23 450,00	2	4 690,00	469,00	18 291,00
Total		23 450,00		4690,00	469,00	18 291,00
Ativos Fixos Tangíveis						
Projeto Chão de Couce	2008	23 450,00	2	4 221,00	469,00	18 760,00
Total		23 450,00		4221,00	469,00	18760,00
Total de subsídios		290 886,50		52 359,57	5 817,73	232 709,20
Total de donativos		23 450,00		4 690,00	469,00	18 291,00

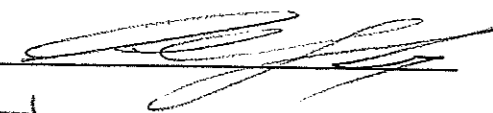
NOTA 16.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não houve acontecimentos ocorridos após a data do balanço, que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de Março de 2018

A Direção



A Contabilista Certificada



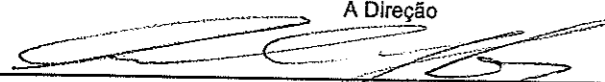
ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

CONTRIBUINTE Nº502574500
Moeda: EUR

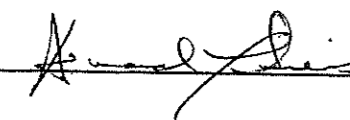
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	31.12.2017	31.12.2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes		5 862,50	3 230,00
Pagamentos a fornecedores		-288 328,50	-334 667,00
Pagamentos ao pessoal		-1 011 998,79	-1 006 614,67
Caixa gerada pelas operações		-1 294 464,79	-1 338 051,67
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		32 702,73	38 011,03
Outros recebimentos/pagamentos		1 294 888,45	1 182 893,38
Fluxos de Caixa das actividades operacionais (1)		33 126,39	-117 147,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-62 356,52	-2 435,40
Fluxos de Caixa das actividades de investimento (2)		-62 356,52	-2 435,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		83,12	-9,45
Fluxos de Caixa das actividades de financiamento (3)		83,12	-9,45
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-29 147,01	-119 592,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		351 330,77	351 330,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	322 183,76	231 738,66

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direcção



A Contabilista Certificada



Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2017

Valores expressos em Euros

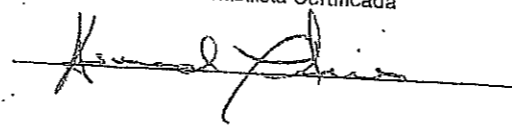
Descrição		Capital Subscrito	Resultados Transitados	Outras Variações do Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total Capital Próprio
Posição no início do período 2017	1					
Alterações no período		6 735,84	164 561,01	257 286,95	-150 759,24	277 824,56
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-150 759,24	-6 286,73	150 759,24	-6 286,73
Resultado líquido do período	2	6 735,84	13 801,77	251 000,22	0,00	271 537,83
RESULTADO INTEGRAL	3				32 598,38	32 598,38
	4= 2+3					
Posição no fim do período 2017	6 = 1+2+3+5	6 735,84	13 801,77	251 000,22	32 598,38	304 136,21

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção



A Contabilista Certificada



ASSOC.PORT.PARA O DIREITO DOS MENORES E FAMILIA

Demonstração das Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2017

Valores expressos em Euros

Contribuinte nº502574500

Descrição		Capital Subscrito	Resultados Transitados	Outras Variações do Capital Próprio	Resultado líquido do período	Total Capital Próprio
Posição no início do período 2016	1	6 735,84	172 982,27	264 045,43	-8 421,26	435 342,28
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-8 421,26	-6 758,48	8 421,26	-6 758,48
Resultado líquido do período	2	6 735,84	164 561,01	257 286,95	0,00	428 583,80
RESULTADO INTEGRAL	3				-150 759,24	-150 759,24
	4= 2+3					277 824,56
Posição no fim do período 2016	6 = 1+2+3+5	6 735,84	164 561,01	257 286,95	-150 759,24	277 824,56

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A Direção



A Contabilista Certificada

